

## O ônus da guerra: o papel do Rio Grande na Guerra Cisplatina

Roberta Teixeira Gonçalves

A história do Estado do Rio Grande do Sul<sup>1</sup> foi muitas vezes lida enquanto uma experiência diversa dos demais estados brasileiros, em contrapartida, é associada largamente à realidade cultural e política de seus vizinhos do cone sul. Durante a Guerra Cisplatina o Rio Grande, por sua posição geográfica, assume um papel essencial no conflito bélico, e, por conseguinte, arca de forma mais aguda com as perdas geradas por ele, o que acaba por intensificar velhos ressentimentos e reafirmar algumas afinidades platinas. Neste sentido, o trabalho pretende analisar o papel do Rio Grande do Sul na guerra a partir do descontentamento gerado pelo recrutamento de gaúchos por parte do governo imperial.

O estudo histórico do Rio Grande deve ter como horizonte obrigatório sua posição fronteiriça, o que torna este território um espaço de trânsito humano, econômico e cultural com a Banda Oriental<sup>2</sup>. Assim, a constituição de uma zona de fronteira aberta<sup>3</sup> promoveu, em tempo de paz, um profícuo fluxo socioeconômico nesta região, mas que se tornou, nos períodos de guerra, um lugar privilegiado de disputas políticas e de constante preocupação para o poder central do Império do Brasil.

---

<sup>1</sup> O atual Estado do Rio Grande do Sul recebe esse nome após a proclamação da República. No período colonial, esse território era subordinado à capitania do Rio de Janeiro e era denominado Capitania do Rio Grande de São Pedro. Já em 1821, passa à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O trabalho, ao se referir a esse região, usará o termo Rio Grande, pois é o mais usual na documentação analisada.

<sup>2</sup> Um interessante estudo sobre algumas regiões de fronteira foi produzido por Ana Frega, professora da Universidad de la República, Uruguay. Em sua tese de doutorado, trabalhou com a formação de soberanias no período artiguista na região de Santo Domingo Soriano. Também discutiu as relações de fronteira em um capítulo sobre a região de Maldonado, publicado em um livro conjunto com autores brasileiros e argentinos. Ver: FREGA, Ana. *Pueblos y soberanía en la Revolución Artiguista. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideo. Ediciones de la Banda Oriental, 2007 e FREGA, Ana. “Pertenencias e identidades en una zona de frontera. La región de Maldonado entre la revolución y la invasión lusitana (1816-1820)”. In.: Heinz, Flávio M. e JÚNIOR HERRLEIN, Ronaldo. *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

<sup>3</sup> O termo fronteira aberta foi utilizada por Frega. FREGA, Ana. “Pertenencias e identidades en una zona de frontera. La región de Maldonado entre la revolución y la invasión lusitana (1816-1820)”. Op.cit. Já Guazzelli, fazendo referência ao período colonial, utiliza o termo “fronteira viva” para destacar a mutabilidade dessa fronteira. GUZZELLI, CESAR AUGUSTO BARCELLOS. *O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ (mimeo), 1998.

Para alguns vizinhos da Banda Oriental, a proximidade em relação ao sul do Brasil era uma questão de sobrevivência, tendo em vista a dependência financeira das cidades litorâneas orientais no que tange à comercialização de gado e seus derivados, como o charque com os brasileiros. Durante o período artiguista<sup>4</sup>, o comércio com os portugueses foi proibido, o que não impediu sua permanência e, tampouco o contato dos brasileiros com os ideais de Artigas e seu exército.

A posição geográfica do Rio Grande lhe rendeu, sem dúvida, *status* distinto, quando comparado ao conjunto do Brasil, nos ganhos proporcionados pela província Cisplatina, o que não se constituía propriamente em uma novidade, pois tanto o governo colonial<sup>5</sup> quanto o imperial mantiveram uma política de concessões no que diz respeito ao sul – cientes de sua localização estratégica e de sua relevância para manutenção e proteção do restante do país. Entretanto, se o Rio Grande era uma barreira protetora contra os vizinhos, foi também, após 1810, uma suposta porta de entrada para a temida desordem platina<sup>6</sup>. Isto porque, com a prisão da família real espanhola e o posterior vazio de poder que se instaura no território hispano-americano, emerge, nas colônias da coroa espanhola, Juntas Governativas que colocam no centro da discussão a ideia de soberania dos povos, pois, diante da impossibilidade do rei governar seus súditos, questionava-se a quem de fato pertencia o poder. Nesse momento, as juntas recuperam argumentos pactistas fundados ora na neoescolástica espanhola, ora na teoria de soberania dos povos ou nas leis medievais, pontuando, em todos os casos, a reciprocidade dos vínculos entre o rei e o seu reino.

Entretanto, foi com a derrota do general Artigas, em 1820, e a posterior anexação da Banda Oriental – que recebe o nome de Província Cisplatina – ao Reino de

---

<sup>4</sup> Como guerra artiguista se entende o período em que o general Jose Gervasio Artigas abandona seu posto no exército das Províncias Unidas do Rio da Prata e inicia a libertação da Banda Oriental e se estende de 1811, com a primeira invasão de Montevidéu, até 1821, quando a Banda Oriental é anexada ao território do Brasil.

<sup>5</sup> Os estancieros do sul do Brasil tiveram um importante papel no alargamento do Tratado de Tordesilhas, funcionando também como mantenedores da nova geografia.

<sup>6</sup> A ideia de uma constante desordem nas ex-colônias hispano-americanas foi apropriada tanto por d. João, em 1811, quanto por d. Pedro I, na declaração da Guerra Cisplatina, para legitimar uma ação do Brasil contra os vizinhos. Nos dois casos, o Brasil justifica sua iniciativa bélica diante do perigo de contágio do país com a anarquia presentes nas experiências republicanas. Ver: GONÇALVES, Roberta Teixeira. *Entre duas fábulas: o processo de construção da soberania uruguaia (1825-1828)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2010.

Portugal, Brasil e Algarves<sup>7</sup> que o intercâmbio entre as duas regiões foi ampliado, mais ainda, acabou por se tornar uma política de Estado. Neste sentido, o general Carlos Frederico Lecor, que assume a administração da nova província, tenta promover a integração dos dois territórios por meio do estreitamento dos laços familiares dos habitantes dessas regiões. Para tal, estimulou casamentos entre luso-brasileiros e mulheres da oligarquia montevideana, por acreditar na força dos laços interpessoais para conter rivalidades progressas<sup>8</sup>. Diante da permanência de Lecor no poder, amplia-se significativamente a presença dos brasileiros na Cisplatina, sobretudo com os privilégios concedidos pelo general Lecor aos brasileiros, o que incluía a distribuição de terras<sup>9</sup>, em detrimento dos naturais da região.

A política de Lecor, num primeiro momento, alargou ainda mais o trânsito entre a parte oriental do Rio da Prata, que agora, ao menos teoricamente, fazia parte do império. Contudo, as prerrogativas outorgadas por Lecor gestaram, progressivamente, muitos desafetos, pois causavam prejuízo aos habitantes da Banda. Os luso-brasileiros acabavam por assumir cargos administrativos e de confiança do general, além de expandirem-se territorialmente.

Não tardou, porém, para os grupos de poder orientais aliados do general Lecor se desencantarem com sua política de favorecimento. O descontentamento

---

<sup>7</sup> A adesão de parte dos orientais ao Brasil, em 1821, se explica pelo desgaste socioeconômico gerado por anos de guerras artiguistas. Assim, o império era tomado como uma possibilidade de restabelecer a ordem em solo oriental. Ver: Alfredo CASTELLANOS. *La Cisplatina, la independencia y la republica caudillesca 1820-1838*. História Uruguay. T.3. Buenos Aires: Ediciones de La Banda Oriental, 1998. Segundo ele, a situação caótica da região teria possibilitado uma aparente aceitação da presença das tropas luso-brasileiras, afinal, a ocupação pelo Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em alguma medida, colocaria fim à guerra civil, possibilitando a reorganização do comércio, da agricultura e a reconstrução da cidade e, acima de tudo, daria um basta na desordem da temida revolução artiguista

<sup>8</sup> Neste sentido, Guazzelli afirma que os laços de parentesco entre rio-grandenses e orientais, algumas vezes invalidaram as determinações governamentais. Para o autor, “estas amizades entre caudilhos dos lados opostos da fronteira, em função de interesses eventualmente comuns ou de parentescos e *compadrios* estabelecidos, superaram muitas vezes as determinações dos governos aos quais serviam como militares. Era mais fácil ao caudilho compreender o outro caudilho, mesmo que teoricamente um inimigo, do que as aspirações de uma organização política mais elevada fosse uma Coroa ibérica que se esboroava ou um Estado nacional que ameaçava os anseios regionais”. Cesar Augusto Barcellos GUAZZELLI. *O Horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro. Tese de doutorado. UFRJ, 1997.

<sup>9</sup> Sobre as estratégias administrativas de Lecor, ver: Blanca París de ODDONE. “Colonia y Revolucion”. In.: Blanca París de ODDONE; Lúcia Sala de TOULON; Rosa ALONSO. *De la colonia a la consolidacion del Uruguay*. Uruguay: Ediciones de la Banda Oriental, 1973. A autora destaca o aparato burocrático do qual Lecor fez uso na tentativa de legitimar sua presença, pautando-se na concessão de cargos e na manutenção de elementos simpáticos à sua causa.

montevideano veio à tona com a independência do Brasil em relação à Portugal, quando os termos da anexação de 1821 são questionados; afinal, o território faria parte do Império luso e não do brasileiro. Neste momento, parece convergir a insatisfação da população e da elite oriental, o que abre espaço para a primeira tentativa de ruptura contra os brasileiros, liderada por Juan Antonio Lavalleja com a colaboração portenha e do cabildo de Montevideu. A luta deixou ainda mais clara a resistência interna contra a ocupação brasileira, além de reavivar os protestos de Buenos Aires contra a anexação.

No entanto, fracassada essa primeira tentativa de libertação, o líder Lavalleja retorna a Buenos Aires onde continua suas atividades para angariar fundos e apoio para o projeto de libertação oriental. Enquanto na Banda, Lecor reformula o cabildo de Montevideu fazendo assumir apenas seus aliados, o que não impede uma nova invasão dois anos depois, também sobre a liderança de Lavalleja<sup>10</sup>, dando início assim a Guerra Cisplatina.

A atitude diante da invasão<sup>11</sup> da recém criada província, em princípio, foi de desprezo. A opinião pública confiava numa guerra rápida e vitoriosa para o país, supondo uma superioridade bélica do império quando comparado aos seus vizinhos. Mais ainda, o conflito era percebido enquanto um problema local, uma ação militar circunscrita à região sul, sem relação ou consequência para o restante do país. Assim explica-se o termo “guerra do sul”, presente de forma recorrente na imprensa fluminense da época<sup>12</sup>.

Restringir o conflito armado ao Prata não foi apenas uma posição retórica, mas uma medida política no início da disputa. Como resultado dessa postura, recaiu sobre o

---

<sup>10</sup> Lavalleja desembarca em solo oriental com seus homens em 19 de abril de 1825. O grupo de Lavalleja ficou conhecido como os *Trienta y tres Caballeros Orientales*. Sobre os caballeros orientales ver: CARRANZA, Jacinto. *¿Cuántos eran los treinta y tres?*. Montevideo: Talleres Gráficos, 1946; GARCIA, Flavio. A. *Los acontecimientos de 1825 en la Provincia Oriental a través de la prensa Rioplatense*. Montevideo: Cordon, 1976 e PINTOS, Anibal Barrios. *Los libertadores de 1825*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1976.

<sup>11</sup> O termo invasão foi usado na documentação brasileira com o objetivo de deslegitimar a campanha de Lavalleja e seus homens.

<sup>12</sup> O termo chegou a ser o título de uma coluna do jornal *Diário fluminense* publicado em 26 de janeiro, 22 de março e 27 de abril de 1826. Parecendo igualmente na *Gazeta do Brasil* de 7 de setembro de 1827 ou no suplemento de número 19, sem data; na *Atalaia* de 8 de março de 1826; no *Verdadeiro Liberal* no seu suplemento de número 2; ou ainda no *Spectador* de 20 de abril de 1827, só para citar alguns. Arquivo da Biblioteca Nacional. Obras Raras. Rio de Janeiro.

Rio Grande, boa parte do ônus da guerra: o que serviu para tornar ainda mais delicada a relação desta província com o todo imperial. Assim, uma das primeiras reclamações sulinas se refere à ação do próprio exército brasileiro nesse território.

Em carta de 3 de setembro de 1826, endereçada ao sargento-mor Jerônimo de Alencastro, o presidente de província José Egidio Gordilho de Barbosa destaca a violência empregada contra os habitantes da região de Bagé, os quais tinham seus bens saqueados pelas tropas de d. Pedro I:

Ex.mo Sn<sup>r</sup> de maneira que todos os oficiais superiores empregados na Fronteira mandaram atualmente partidas em diligências que mais se empregaram, em assolar os pacíficos moradores, tirando-lhes seus bens, sem ressalva, ameaçando-os com força armada, prometendo-lhe, ferros, dando rodas de pão, trazendo em relações o número de animais vacuns, e cavalazes que devem tirar, sem atenção às possibilidades de cada um, parando rodeios em ausência de seus proprietários, ou capatazes, e ainda mesmo quando estes estão presentes, e levão o número que eles querem, e outros insultos de procedimentos terríveis (...) A vista exposto suplico a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> se sirva dar algumas providencias em beneficio de um povo que tanto tem prestado, e esta prestando á Nação, e ao Imperador, que felizmente nos rege, a tendendo-se que é este um dos distritos mais perseguidos pela sua imediação á fronteira.<sup>13</sup>

Os trechos transcritos acima, além de narrarem os abusos sofridos pelos habitantes de Bagé, esboçam uma explicação para tal situação: a proximidade com a fronteira. Estar no limiar do confronto armado era também viver em guerra, mas se era inescapável a posição geográfica, reivindicam, porém, um auxílio do imperador no intuito de controlar a anarquia de seus homens.

Os saques perpetrados, tanto pelas forças internas quanto pelas inimigas, causaram um grande prejuízo à população sulina. Porém, somado aos roubos, o conflito trouxe ainda a destruição de plantações próximas às regiões de combate, sem contar que boa parte da produção do Rio Grande esteve destinada, durante o conflito, a suprir as tropas brasileiras. A suspensão da comercialização do gado e, sobretudo, do charque completam assim o quadro econômico desfavorável que a Guerra Cisplatina impôs à província do Rio Grande.

Desta forma, muitas das províncias do Rio Grande tiveram antes que lutar por sua própria sobrevivência, em um já complicado contexto de recessão gerado pela

---

<sup>13</sup> Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Autoridades militares. Maço 102. Ano de 1826. Documento 359.

campanha militar. Na documentação, é recorrente um discurso que conclama a população do sul do país a agir no sentido de evitar sua destruição, como aparece em carta de 19 de maio de 1826 do comandante do distrito de São Rafael, Francisco Rosado, para o comandante Carlos José da Costa Ribeiro:

É este o momento de fazerem-se os derradeiros esforços para livrar a nossa bella Província da ruína e destruição de que está ameaçada; tomemos todos as armas e vingemos o nosso território que se acha profanado pelos infames rebeldes que vão a porfia acumulando em si horrorosos crimes.<sup>14</sup>

A população do Rio Grande também era convocada pelos adversários, os quais propunham aos gaúchos abandonarem o lado brasileiro e lutarem junto às fileiras orientais. Neste sentido, o exército do norte prometia a manutenção da posse das terras e a segurança do povo. Por outro lado, a permanência ao lado do imperador seria respondida com a violência e o aniquilamento da região, ameaça presente em proclama de Fructuoso Rivera, de 22 de abril de 1828, aos brasileiros:

Habitantes da Província de Missões, Brasileiros, chegou o tempo em que eu a cabeça da vanguarda do Exército do Norte, havia de pisar o vosso território, porém as ordens que trago do meu general não são outras se não proteger o vicinário, afiançar-lhes as suas fazendas e assegurar-lhes a inviolabilidade das suas casas, pessoas, e famílias, toda a vez que estejam tranqüilos nas suas casas. O meu objeto é pois prometer-vos que não tendes que recear nada, pois eu castigarei severamente toda a violência que se fizesse por parte das minhas tropas, e não farei outra coisa que propender a vossa felicidade. Se vós vos apresentares a engrossar as filas dos Independentes, tereis boa acolhida entre as nossas tropas, e se por o contrario me fazeis a guerra, me será sensível ver derramar sangue todo americano, e ver arruinar todo esse território.<sup>15</sup>

Com a transcrição dos dois trechos acima, o trabalho quis apresentar o delicado quadro colocado aos habitantes do Rio Grande, os quais sofriam com os desmandos de seus compatriotas e de seus adversários. E se o panorama proporcionado até agora já se mostra suficientemente desalentador, cabe, ainda, ressaltar que parte significativa do aparato humano da Guerra Cisplatina também veio do sul.

Sendo assim, o Rio Grande precisou fornecer um considerável número de homens para compor as tropas brasileiras, que ainda não estavam formadas. Enquanto uma nação recém independente, o Brasil precisou recorrer aos serviços dos

---

<sup>14</sup> Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Autoridades militares. Maço 101. Ano de 1826. Documento número 428

<sup>15</sup> Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Varela. Maço 50. Ano de 1826. Documento 7886

mercenários<sup>16</sup>, pois não tinha quadro suficiente para montar seu exército. Com a demora de uma resolução para o conflito, tornou-se necessário o recrutamento de homens e, de novo, o Rio Grande serviu às demandas imperiais.

O recrutamento era feito de forma compulsória pelos presidentes de províncias, atendendo a solicitação dos generais. Entretanto, a resistência da população a esse mecanismo era grande e a maioria tentava fugir das fileiras imperiais; como descrito em carta de Jose Egidio Gordinho de Barbosa, em 31 de janeiro de 1826: “em consideração ao exposto conhecerá V. ex<sup>a</sup> a espinhosa tarefa que tem tido lugar para chamar paisanos ao serviço militar e da guerra no qual jamais de conserva hum só por sua livre vontade”<sup>17</sup>. Por sua obrigatoriedade, o recrutamento já era bastante contestado, mas, além disso, a retirada acentuada de homens das atividades agrícolas provocou prejuízos a grande parte da economia da província, acentuado ainda mais a situação do Rio Grande.

A alegação da maioria dos homens era a de que serviam nas fazendas de seus pais e, por isso, se convocados à guerra todo o patrimônio daquele núcleo familiar ficaria ameaçado. O medo de ser recrutado parece um elemento bastante presente no cotidiano das regiões de fronteira e apresenta-se de forma recorrente na documentação. Como na carta de 5 de agosto de 1826, na qual o major Alescastro relata o caso de Matheos Antonio Dias que se coloca contra o recrutamento de seu filho, visto que não teria condições de manter sozinho suas propriedades:

Requerimento de Matheos Antonio Dias, fazendeiro deste Districto, que susteando-se a remessa do filho do Suppe. para a fronteira, em informar o conteúdo do mesmo requerimento em que se queixa pretenderem alistar em guerrilhas que aqui se levantou por ordem do Marechal Camara um filho seu, que tinha empregado em uma de suas fazendas, como capataz sem attenção ao desamparo em que fica a mesma fazenda, pois que por si só não pode administrar as duas que possui, e ainda menos o que já tem na Campanha outro filho com praça no Regimento de Cavalaria nº 22. Obedecendo pois como devo à ordem de V Ex.<sup>a</sup>, que me cumpre respeitar, respondo, que não só He verdade o que o Supp.<sup>e</sup> alega, e ainda mais, que lhe foi arrebatado com o filho, um Índio Pião, mas que o Sarg<sup>o</sup>. Salvador Antonio Lopes, que os alistou, He um dos que mais tem perseguido este Districto com semelhantes alistamentos, sendo certo que tais procedimentos tem reduzido todos os moradores à ultima desolação, e ao ultimo a puro.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Muitos alemães participaram da Guerra Cisplatina prestando serviço ao império.

<sup>17</sup> Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Autoridades militares. Maço 101. Lata180.

<sup>18</sup> Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Autoridades militares. Maço 102. Ano de 1826. Documentação do Sargento-mor Jeronimo de Alencastro, comandante militar de Bagé.

Outro problema muito comum foi o recrutamento promovido pelos próprios oficiais de armas, os quais, diante da carência de homens em suas divisões, usavam de violência para trazer mais soldados às suas fileiras. Tal postura produziu pesadas críticas inclusive do presidente da província, José Egidio Gordilho de Barbosa, como descrito em carta de 10 de setembro de 1826:

Por esta forma se vê que um novo corpo informe vai a ser levantado por um nosso sem agilidade, sem ordem do Ex.mo Governador das armas, e que atropelando os direitos das autoridades constituídas, se introduz neste Districto onde semelhantes recrutamentos tem tirado todos os recursos de capatazes, e Piaes aos Estancieiros, e fazendeiros a ponto de nem serem úteis para si, nem proveitosos à Nação.<sup>19</sup>

Diante desse quadro, é possível perceber o quanto a Guerra Cisplatina acabou por gerar no Rio Grande um significativo estado de instabilidade e dissensão política e social. O peso que recair sobre a região colocou em cheque a sua própria relação com o restante da nação. Com a guerra terminada, restou ao Rio Grande um quadro econômico preocupante – gerado pela desestruturação da produção e do comércio –, uma população descontente com a violência do conflito, além de uma janela aberta para o diálogo com os vizinhos do Prata e seus ideais republicanos.

## BIBLIOGRAFIA

ACEVEDO, Pablo Blanco. *El federalismo de Artigas y la independência Nacional*. Montedideo: Impresora Uruguaya, 1939.

ACEVEDO, Eduardo. *Anales historicos del Uruguay*. Tomo1. Montevidéo, 1933.

ALBERDI, Juan B. *Las Disensiones de la Republicas del Plata y las Maquinaciones del Brasil*. Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1863.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 2 ed. Rev. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

BETHELL, Leslie(org). *História da América Latina: A América Colonial I*, volume 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

---

<sup>19</sup> Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Autoridades militares. Maço 102. Ano de 1826.

BONFIM, Manuel. *O Brasil nação. Realidade da Soberania Brasileira*-2º.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império*. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998.

CARRANZA, Jacinto. *¿Cuántos eran los treinta y tres?*. Montevideo: Talleres Gráficos, 1946

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independencia y la republica caudilhesca 1820-1838*. História Uruguaya. T.3. Buenos Aires: Ediciones de La Banda Oriental, 1998.

CHIARAMONTE, Jose Carlos. *EL problema de los Estados Hispanoamericanos em la Historiografía Reciente y el Caso do Rio de la Plata*. Anos 90 vol1,n.1 Buenos Aires: Ariel,1993.

\_\_\_\_\_. “Modificaciones del Pacto Imperial. In.:ANNINO, Antonio, GUERRA, François-Xavier (Coord). *Inventando la Nación-Iberoamérica siglo XIX*.México:FCE, 2003.

\_\_\_\_\_. *Ciudades, provincias, estados: Orígenes de la Nación Argentina: 1800-1846* Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

CHUST, Manuel. “Constitución de 1812, liberalismo hispano y cuestión americana, 1810-1837”. *Bol. Inst. Hist. Argent. Am. Dr. Emilio Ravignani*, jan./jul. 2002, no.25, p.157-178. ISSN 0524-9767.

DONGHI, Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989.

EMANUELLI, Isaac. *Apuntos historicos “La cruzada libertadora de los 33”*. Montevideo: Martin Bianchi Altura, 1960.

FELDE, Alberto Zum. *Processo histórico del Uruguay: esquema de una sociologia nacional*.Montevideo: Arca editorial 7ª ed,1978.

FERREIA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo. Editora Hucitec,2006.

FERES JÚNIOR, João (org). *Léxicos da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: ED UFMG, 2009.

FREGA, Ana. “Pertencencias e identidades en una zona de frontera. La región de maldonado entre la revolución y la invasión lusitana (1816-1820)”. IN: Heinz, Flávio M. e JÚNIOR HERRLEIN, Ronaldo. *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

\_\_\_\_\_. Pueblos y soberanía en la Revolución Artiguista. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa. Montevideo. Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

\_\_\_\_\_. La virtud y el poder. La soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista. In.:GOLDMAN, Noemí e SALVATORE, Ricardo. Caudilhismo Rioplatenses. Nuevas Miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 1998

GARCIA, Flavio. A. *Los acontecimientos de 1825 en la Provincia Oriental a través de la prensa Rioplatense*. Montevideo: Cordon, 1976.

GOLIN, Tau. *A fronteira. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro. Tese de doutorado. UFRJ, 1997.

GUERRA, François- Xavier. “El ocaso de la monarquía hispánica. Revolución y desintegración. IN:ANNINO, Antonio e GUERRA, François- Xavier (coord). Inventando la nación. Iberoamericana. Siglo XIX. México: FCE, 2003.

\_\_\_\_\_. Las mutaciones de la identidad en la América hispánica. IN:ANNINO, Antonio e GUERRA, François- Xavier (coord). Inventando la nación. Iberoamericana. Siglo XIX. México: FCE, 2003.

\_\_\_\_\_. Modernidad y independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid: Editora Mafre, 1992.

HERRERA, Eduardo de Salterain. *Lavalleja. La redención patria*. Montevideo: Monteverde y Cia, 1957.

JANCSO, Istavan. *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec:Fapesp, 2005.

\_\_\_\_\_. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

LEITMAN, Spencer. Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX. Rio de Janeiro:Edições Graal, 1979.

LEVENE, Ricardo. *Historia de la Nacion Argentina*. Vol. IV,V,VI e VII . Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1948.

LOPEZ, Vicente F. *Historia de la Republica Argentina. Su origen, su revolucion y su desarrollo politico*. 2ª ed. Tomo V. Buenos Aires. Editorial Sopena, 1939.

- LIMA, Oliveira . *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O movimento de Independência 1821-1822*. 6ª ed.. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MAIZTEGUI CASAS, Lincoln. *Orientales. Uma historia política del Uruguay. De los orígenes a 1865*. 2º ed. Buenos Aires: Planeta, 2007.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.
- MATTOS, Ilmar dos Santos. Construtores e herdeiros: A trama dos interesses na construção da unidade política imperial. IN: *Almanack Brasiliense* nº1. São Paulo, 2005.
- MELLO, Alexandre. *O Brasil e a Bacia do Prata*. São Paulo: IHGBSP, 1980.
- MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *1822 Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.
- NARANCIO, Edmundo M. *La independdencia de Uruguay*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das . *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Corcondas constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.
- OSTRIA, Mario Dolta. Caudillos, doctores e masones. Protagonistas em la Gran Comarca Rioplatense (1806-1865). 3ª ed. Montevideo: Ediciones de la Plata, 2008.
- ODDONE, Blanca París de; TOULON, Lúcia Sala de; ALONSO, Rosa. *De la colonia a la consolidacion del Uruguay*. Uruguay: Ediciones de la Banda Oriental, 1973.
- PALTI, Eliás José. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.
- PAMPLONA, M.A. e MÄDER, M. E. *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas. Região do Prata e Chile* .São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: O tratado de 1825 e a Guerra Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. Niterói: Tese de Mestrado UFF, 2007.

PIMENTA, João Paulo G. “Com os olhos na América Espanhola: A independência do Brasil (1808-1822)”. In: *Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre Gusmão*. Brasília: A Fundação, 2005.

\_\_\_\_\_. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1822)*. 1ªed. São Paulo: Hucitec, 2002.

PINTOS, Anibal Barrios. *Los libertadores de 1825*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1976.

PINTOS, Anibal Barrios. *Lavalleja la pátria independente*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1976.

PRADA, Antonio Moliner. “El movimiento juntero en la España de 1808”. IN:CHUST, Manuel (coord). *La eclosión juntera em el Mundo Hispano*. México: FCE, 2008.

REAL DE AZUA, Carlos . Los origenes de la nacionalidad Uruguaya. 2ª ed. Montevideo. Arca, 1991.

SALDANHA, J.M. Fernandez. *Diccionario Uruguayo de Biografias 1810 -1940*. Editorial Amerindia. Montevideo, 1945.

SOUZA, J.A. Soares. “O Brasil e o Rio da Prata até 1828”. In: *HOLANDA, Sérgio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*. Tomo II. 3ª ed. São Paulo. Difusão Européia do livro, 1970.

VÁZQUEZ, Juan Antonio. *Lavalleja y la campaña de 1825*. Montevideo: Centro Militar, 1957.